



O PAPEL DA GUERRA DE BIAFRA NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO NIGERIANO: DA INDEPENDÊNCIA À SEGUNDA REPÚBLICA (1960-1979)

THE ROLE OF THE BIAFRA WAR IN THE NIGERIAN STATE BUILDING: FROM INDEPENDENCE TO THE SECOND REPUBLIC (1960-1979)

GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

Doutorando em Ciência Política (UFRGS)

E-mail: oliveiragz@gmail.com

RESUMO: A Nigéria se tornou independente em 1960, após um longo processo de negociação com a metrópole. Ao longo desse processo foram promulgadas três Constituições, que, apesar de transferirem a administração para os nigerianos, foram responsáveis pela institucionalização de uma fragmentação interna do país nascente. A Nigéria se estruturou como uma federação composta por três regiões autônomas, subordinadas a um governo central fraco. Poucos anos após a independência, em 1967, houve a eclosão de uma guerra civil, a Guerra de Biafra, originada pela intenção da região sudeste do país de se tornar independente. A guerra se estendeu até 1970 e, apesar do amplo apoio internacional conseguido pelos secessionistas, o governo federal saiu vitorioso do conflito. Este trabalho busca analisar o papel da Guerra de Biafra, e da vitória do governo central, na consolidação do Estado nigeriano. Apoia-se, para tanto, nos trabalhos de Herbst (2000), Tilly (1996), Hui (2005) e, sobretudo, Castellano (2012), para a análise do processo de formação do Estado e do sistema interafricano. Conclui-se, assim, que a vitória do governo federal no conflito de Biafra foi essencial para o processo de construção do Estado nigeriano, assim como o foram as reformas aplicadas na década que se seguiu à guerra.

PALAVRAS-CHAVE: *Nigéria - Guerra de Biafra - Construção do Estado*



GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

ABSTRACT: Nigeria became independent in 1960, after a long process of negotiation with the metropolis. Throughout this process three constitutions were enacted, which, despite having transferred the administration to the Nigerians, were responsible for the institutionalization of the nascent country's internal fragmentation. The country was structured as a federation comprising three autonomous regions, subject to a weak central government. A few years after independence, in 1967, there was the outbreak of a civil war, the Biafra war, caused by the intention of the southeast region of the country to become independent. The war lasted until 1970 and, despite broad international support achieved by secessionists, the federal government emerged victorious from the conflict. This paper analyzes the role of the Biafra War and the victory of the central government in the Nigerian process of statebuilding. It utilizes the works of Herbst (2000), Tilly (1996), Hui (2005) and especially Castellano (2012) for the analysis of state formation process and of the interafrican system. Thus, it is concluded that the victory of the federal government in the Biafra conflict was essential to the construction process of the Nigerian state, as were the reforms implemented in the decade that followed the war.

KEYWORDS: *Nigeria - Biafra War - Statebuilding.*



INTRODUÇÃO

A Nigéria possui mais de 170 milhões de habitantes, sendo o país mais populoso do continente africano e o sétimo mais populoso do mundo. A população nigeriana é composta por mais de 250 grupos étnicos diferentes, que se dividem em quatro grandes grupos: os Hausa e os Fulani, predominantes no Norte e majoritariamente muçulmanos, que representam aproximadamente 29% da população; os Iorubas, no Sudoeste, que se dividem entre praticantes da religião tradicional Ioruba, cristãos e muçulmanos, constituindo 21% da população; e os Igbos, no Sudeste, predominantemente cristãos, e que representam cerca de 18% da população (CIA, 2012).

Após um processo que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, o qual compreendeu a promulgação de diversas Constituições (1947, 1951 e 1954) e a progressiva transferência do poder dos britânicos para os nigerianos, a Nigéria se tornou oficialmente independente, com as fronteiras atuais, em 1960. Como resultado dos anos de colonização e, sobretudo, das Constituições promulgadas durante o processo de independência, o país nascente foi marcado por uma forte fragmentação interna, em que as disputas políticas foram transfiguradas em disputas étnico-regionais. A Nigéria se constituiu como um país, mas não possuía uma nação (BRUCAN, 1974; FALOLA; HEATON, 2008).

Como resultado dessa fragmentação interna, poucos anos depois da independência, em 1966, dois golpes militares sucessivos ocorreram e, no ano seguinte, eclodiu a Guerra de Biafra, mais conhecida como Guerra Civil Nigeriana. O conflito, que ameaçou seriamente a existência do Estado nigeriano, foi um dos mais sangrentos do continente africano (CASTELLANO, 2012), tirando as vidas de mais de 1 milhão de africanos. Além disso, foi o primeiro conflito de grandes proporções em que os dois lados eram comandados exclusivamente por generais e oficiais africanos (CLAYTON, 1999), ainda que ambos contassem com apoio de conselheiros e armamentos das potências ocidentais. Ao final de quase três anos de combate, o



governo federal nigeriano conseguiu derrotar os secessionistas, pondo fim ao conflito em 1970.

A Nigéria viveu, na década seguinte à da sua guerra civil, o auge de sua política externa. Ao longo dos anos 1970 o país alcançou o auge de sua projeção internacional, tendo se tornado a vanguarda na luta contra o colonialismo no continente africano (MTHEMBU-SALTER, 2009), tendo sido capaz de congrega os demais países da região através da formação da ECOWAS e tendo logrado realizar uma transição democrática, passando a ser governada por um governo civil eleito a partir de 1979.

Este artigo, nesse sentido, busca compreender o papel da Guerra de Biafra na construção do Estado nigeriano, de sua independência até o início da segunda República, em 1979. Para tanto, ele está dividido em quatro partes, além desta introdução e da conclusão. A primeira parte faz uma revisão histórica do processo que levou a Nigéria à sua independência e posteriormente à eclosão da Guerra Civil. A segunda parte analisa o desenvolvimento do conflito. A terceira parte, por sua vez, analisa as medidas adotadas pelo governo nigeriano nos anos que se seguiram à guerra, bem como os seus avanços e retrocessos. Por fim, busca sintetizar, a partir da estrutura utilizada por Castellano (2012) em seu trabalho, a importância das medidas adotadas para a construção do Estado nigeriano.

Espera-se, através dessa análise, mostrar que a vitória do governo federal na Guerra de Biafra foi fundamental para impedir que o Estado nigeriano se esfacelasse, mas que ela não foi capaz de fazê-lo sozinha. Nesse sentido, parte das medidas adotadas e implementadas ao longo da década seguinte se mostraram de fundamental importância para a manutenção do Estado nigeriano. Por outro lado, busca-se demonstrar que, apesar do avanço na construção do Estado atingida na década de 1970, parte das medidas adotadas e do comportamento dos governos nigerianos foram responsáveis por enfraquecer o Estado, o qual mantém-se bastante fragmentado internamente, ainda que não tenha sofrido mais ameaças (internas ou externas) significativas à sua integridade territorial (ZINN, 2005).



DA COLÔNIA À GUERRA CIVIL

O processo que culminou na independência nigeriana teve início pouco depois da Segunda Guerra Mundial. Entre 1947 e 1954, em resposta às crescentes demandas de grupos nacionalistas nigerianos, três Constituições foram promulgadas, dando mais poderes legislativos aos nigerianos e aproximando-os, cada vez mais, de um autogoverno. Apesar dessa transferência paulatina de poder para os nigerianos, as Constituições foram fundamentais para fragmentar ainda mais o país nascente, que passava a possuir uma estrutura federativa, com três regiões dotadas de grandes poderes e autonomia, e um governo central enfraquecido. A Nigéria, assim, se tornou um Estado independente em outubro de 1960, com grande fragmentação interna e sem uma identidade nacional consolidada (BRUCAN, 1974; FALOLA; HEATON, 2008).

O sistema federativo que foi instituído na Nigéria se tornou bastante disfuncional ao longo da década de 1960. As regiões eram totalmente independentes umas das outras, com os governos regionais sendo responsáveis, isoladamente, pela cobrança de impostos de importação e de exportação, e mantendo representações diplomáticas independentes em Londres (FALOLA; HEATON, 2008; WRIGHT; OKOLO, 1999). Como resultado, cada uma das três regiões produziu seu próprio partido político dominante, ligados fortemente a questões étnicas, que passaram a disputar o poder tanto em nível regional, quanto em nível federal, em uma tentativa de controlar os recursos nigerianos e, conseqüentemente sua distribuição entre as regiões (FALOLA; HEATON, 2008). Havia, assim, um receio entre os grupos majoritários em cada região de serem dominados pelos partidos das demais regiões, uma vez que estes poderiam, dessa forma, redirecionar os recursos para suas respectivas regiões.

A Constituição vigente à época da independência nigeriana determinava que a distribuição das receitas nacionais e dos assentos na Câmara dos Deputados seria proporcional ao tamanho da população de cada região (com base em um censo que havia sido realizado entre 1952 e 1953), o que dava ampla maioria para a região Norte – e, no caso, para o Northern People’s Congress (NPC), o partido mais forte da região –



GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

, que reunia mais de 50% da população (LOVEJOY, 1992). Como consequência disso, surgiram diversas divergências entre o NPC e o National Council of Nigerian Citizens (NCNC) – cuja base de apoio era a região Leste –, que compunham uma coalizão no governo federal desde a independência, e dentro do Action Group (AG) – cuja base de apoio era a região Oeste –, e que levaram à divisão do partido.

Em 1962 foi realizado um novo censo, que tinha a intenção de atualizar os dados populacionais nigerianos e que, conseqüentemente, poderia afetar a distribuição de recursos federais e de assentos na Câmara de Deputados Federal nigeriana. O resultado desse censo, entretanto, foi claramente fraudado, sobretudo pelas regiões do Sul, em uma tentativa diminuir o peso da região Norte. O governo federal não aceitou o resultado, encomendando um novo censo para o ano seguinte (FALOLA; HEATON, 2008; LOVEJOY, 1992; MEREDITH, 2006). Os resultados do censo realizado em 1963 apontavam para um crescimento geral da população nigeriana, e apesar de, assim como no censo anterior, haver indícios claros de fraude, eles foram ratificados, com o Norte mantendo sua preponderância sobre as outras regiões. Por conta disso, a coalizão entre NPC e NCNC, que já estava enfraquecida, colapsou totalmente (NUGENT, 2004). Ainda no mesmo ano, foi decidida, através de um plebiscito, a criação de uma quarta região, a partir da divisão da região Oeste (LOVEJOY, 1992).

No ano seguinte, em 1964, foram realizadas eleições federais. Foram criadas duas coligações de partidos, a United Progressive Grand Alliance (UPGA), composta pelo NCNC, pelo AG, pelo Northern Elements Progressive Union (NEPU) e por outros partidos minoritários do Norte, e a Nigerian National Alliance (NNA), composta pelo NPC, Nigerian National Democratic Party (NNDP) e por partidos menores do Sul. O período de campanha foi bastante conturbado, com grande perseguição e ataques aos partidários e candidatos da UPGA. Vários deles foram presos sob acusações infundadas ou tiveram suas candidaturas impugnadas sem maiores explicações. Ao final das eleições, ocorridas em 30 de dezembro de 1964, a NNA havia conquistado 198 dos 312 assentos na Assembleia Federal (ABEGURIN, 2003), sendo 162 destes representados pelo NPC (LOVEJOY, 1992).



Em outubro do ano seguinte, foram realizadas eleições na região Oeste, as quais, em grande medida, foram uma repetição das eleições federais, com os partidários e candidatos da UPGA sendo perseguidos. Além disso, a UPGA passou por uma cisão interna, devido a uma divergência entre o AG e o NCNC sobre a divisão dos assentos da Assembleia Regional. Quando os resultados das eleições foram divulgados, ambos os lados declararam vitória, e a população tomou as ruas, em protesto. Um clima de violência se seguiu nos meses de novembro e dezembro daquele ano, marcado por vários conflitos entre partidários da UPGA e a polícia (MEREDITH, 2006).

Frente à instabilidade da Primeira República, um grupo de militares realizou um golpe em janeiro de 1966, matando o primeiro-ministro Tafawa Balewa, o premiê da região Oeste, Samuel Akintola, e o da região Norte, Ahmadu Bello, assim como diversos oficiais militares do Norte (NUGENT, 2004). O poder foi então assumido pelo comandante das Forças Armadas nigerianas, Major General John Aguiyi-Ironsi, uma das lideranças golpistas. Ele proibiu os partidos políticos, e estabeleceu governantes militares em cada uma das regiões, além de ter abolido o sistema federativo, substituindo-o por um sistema unitário, impondo tanto aos militares quanto ao serviço público a integração e a subordinação à administração central. Para o Norte isso configurava uma afronta direta, uma vez que a região, aos seus olhos, passaria a ser administrada por servidores públicos e ocupada por militares do Sul. Conseqüentemente, suas atitudes no poder levaram grande parcela das populações do Norte a ver o seu governo como parte de um plano dos oficiais do Sul (sobretudo os Igbo), de subjugar a porção setentrional do país (FALOLA; HEATON, 2008).

Como resposta, um grupo de oficiais e suboficiais do Norte organizou um contragolpe em julho de 1966, capturando e matando Ironsi, e instituindo o Tenente Coronel Yakubu Gowon como chefe de Estado e comandante supremo das Forças Armadas (SIOLLUN, 2009). Sua primeira medida foi a revogação do decreto que abolia o federalismo, voltando o país a ser dividido em uma estrutura com quatro regiões. Apesar do sucesso aparente do contragolpe em reassumir o comando do país, na região Leste, o então governante militar, que havia sido empossado por Ironsi, o



Tenente Coronel Emeka Ojukwu, recusava-se a reconhecer o governo de Gowon (MEREDITH, 2006).

Após o contragolpe, a situação dos Igbos tornou-se bastante preocupante. Com níveis educacionais mais altos, esses eram vistos na região Norte como uma ameaça, pois representavam uma competição mais qualificada no mercado de trabalho (NUGENT, 2004). Uma série de ataques, sobretudo em setembro de 1966, principalmente na região Norte, contra Igbos e outros povos do Leste, fomentada por rumores de ataques a populações do Norte ocorridas no Leste, levou à morte de mais de 80.000 cidadãos do Leste, e gerou um sentimento de vingança contra os povos do Norte que viviam no Leste (LOVEJOY, 1992). Como resultado desse período de violência, entre 1966 e 1967, grande parte das populações do Leste que viviam no Norte voltou para a sua região de origem, e as populações originárias do Norte fizeram o mesmo (FALOLA; HEATON, 2008).

No início de 1967, foi realizado um encontro em Gana, entre Gowon e Ojukwu, em uma tentativa de buscar uma solução para a violência vivida pelo país. Enquanto Ojukwu considerava a possibilidade de secessão da região Leste, Gowon buscava a manutenção desta como parte da federação. O encontro, no entanto, não resultou em um acordo claro, e enquanto Gowon acreditava ter conseguido manter o Leste como parte da federação, Ojukwu acreditava ter liberdade total no governo do Leste, inclusive para, eventualmente, separar-se da federação (NUGENT, 2004). O governante do Leste anunciou que a partir de abril daquele ano a região passaria a ser administrada independentemente, uma vez que todas as receitas que antes eram repassadas ao governo federal, sobretudo aquelas oriundas do petróleo, seriam apropriadas pelo governo regional. Gowon respondeu a essa medida com um bloqueio da costa e com uma série de sanções econômicas contra a região. Em uma tentativa de enfraquecer o movimento pró-secessão na região, Gowon anunciou, em 27 de maio de 1967, a criação de oito novos estados, a partir da divisão das regiões existentes (dividindo a região Leste em três) (RUBENZER, 2007). Seu anúncio foi ignorado por Ojukwu e, três dias, depois ele declarou a independência da região Leste, renomeando-a República Independente de Biafra (ZINN, 2005).



A GUERRA CIVIL NIGERIANA

Antes de analisarmos o conflito em si, é importante entendermos quais foram as motivações do governo da região Leste para buscar a secessão. O principal motivo, de acordo com o governo Ojukwu, seriam os repetidos ataques contra populações Igbos na região norte, e a incapacidade do governo federal de detê-los. A questão mais determinante para a declaração de independência, todavia, era econômica, e estava relacionada ao petróleo. A produção, que em 1958 era de 5.000 barris por dia, atingiu a marca de 415.000 barris por dia em 1968, respondendo, à época, por um terço das exportações nigerianas (NUGENT, 2004). Além disso, havia um grande descontentamento com a divisão dos lucros do petróleo. Pela fórmula então vigente, o governo federal recolhia os lucros e os royalties da produção de petróleo, redistribuindo apenas uma parcela para as demais regiões. Assim, a região Leste, que concentrava cerca de 70% das reservas, ficava com apenas um terço dos lucros, o que reforçava a ideia de secessão, já que uma eventual independência permitiria à região o controle total das receitas da produção petrolífera (ABEGUNRIN, 2009).

A Guerra de Biafra começou oficialmente em julho de 1967. O primeiro movimento do governo federal foi usar as forças da Marinha para realizar um bloqueio marítimo e atacar e capturar a cidade costeira de Bonny, onde estava localizada a única refinaria de petróleo nigeriana (RUBENZER, 2007). A captura da cidade foi muito importante para as forças federais. Primeiro, pois impedia que os secessionistas usassem a produção e exportação de petróleo como forma de financiar o conflito. Segundo, porque a tomada de Bonny, que ficava em uma posição intermediária entre o Atlântico e a cidade de Port Harcourt, a mais central e populosa da região secessionista, impedia o governo de Biafra usasse o porto da cidade para receber mantimentos e armamentos (CLAYTON, 1999).

Em um primeiro momento, o objetivo principal das Forças Armadas de Biafra era proteger as cidades mais importantes, os recursos e a infraestrutura de transporte da região. Após perder Bonny, no início de agosto de 1967, as forças secessionistas



GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

realizaram um ataque surpresa, tomando parte do território do governo central. As cidades de Benin e Ore, muito próximas à capital federal, Lagos, foram controladas pelas forças de Biafra, e os secessionistas usaram sua limitada Força Aérea para bombardear a capital (RUBENZER, 2007). As forças do governo federal se reorganizaram e em meados do mês de agosto começaram uma contraofensiva, conseguindo retomar a cidade de Ore e forçar o retorno das forças rebeldes para Biafra. Após obter sucesso em retomar os territórios federais, as Forças Armadas nigerianas lançaram uma série de ataques ao território de Biafra. Atacando em duas frentes diferentes, as forças federais conseguiram, ainda em agosto de 1967, tomar as cidades de Calabar, próxima à fronteira com Camarões, e Enugu, a capital de Biafra. A partir de dezembro daquele ano, as forças do governo federal realizaram diversos ataques à cidade de Onitsha, próxima a Enugu, conseguindo capturá-la em março de 1968 (CLAYTON, 1999).

O governo federal, que preferia ver o conflito como uma “ação policial”, e não como uma guerra, adotou uma série de medidas que visavam a abreviar o conflito através do enfraquecimento da economia de Biafra. Assim, além dos bloqueios naval e terrestre, que restringiam qualquer forma de comércio exterior de Biafra, no início de 1968 Gowon anunciou a adoção de novas notas da libra nigeriana, o que gerou um rápido esgotamento nos recursos dos secessionistas, além de um aumento significativo na inflação e a escassez de alimentos (FALOLA; HEATON, 2008). O objetivo do governo federal, com essas medidas, era criar insatisfação entre os grupos minoritários que estavam englobados em Biafra, levando-os, assim, a levantar-se contra o governo secessionista. Rapidamente as medidas adotadas pelo governo federal levaram a uma fome generalizada em Biafra, o que contribuiu para que Ojukwu e outros líderes biafrenses reforçassem a defesa de que o conflito se tratava de um genocídio das populações Igbos (ZINN, 2005).

Inicialmente, Biafra possuía pouco apoio internacional, enquanto o governo federal contava com o apoio da Organização da Unidade Africana (OUA), que havia reconhecido a Guerra Civil como um conflito interno do Estado nigeriano; da URSS, que forneceu equipamentos e armamentos; e do Reino Unido, ainda que de forma



hesitante. A partir de 1968, entretanto, o governo de Biafra intensificou as investidas diplomáticas e publicitárias, tentando atrair apoiadores que se sensibilizassem com a ideia de genocídio Igbo, e a situação começou a se alterar. Enquanto governos de Tanzânia, Gabão, Costa do Marfim e Zâmbia reconheceram oficialmente o governo de Biafra, outros países como França, Israel, África do Sul, Rodésia, China, Espanha e Portugal expressaram seu apoio político a ele. Alguns destes (França, Costa do Marfim, Gabão, Israel, Espanha, China e Portugal) ainda foram além, sendo responsáveis por fornecer armas e equipamentos para as forças secessionistas (RUBENZER, 2007; MTHEMBU-SALTER, 2009).

Em 15 de maio de 1968, Gowon e Ojukwu se reuniram em Kampala, Uganda, em uma tentativa de pôr fim ao conflito. O posicionamento dos dois líderes, entretanto, deixou patente que seria impossível chegar a um acordo político para a questão (RUBENZER, 2007). Apenas três dias depois, as forças do governo federal conseguiram tomar Port Harcourt e, durante os dois meses seguintes, seguiram avançando, tomando as cidades de Aba em agosto e Owerri em setembro. Após sucessivas derrotas e a declaração de Ojukwu de que as forças de Biafra usariam táticas de guerrilha (RUBENZER, 2007), entre o final de 1968 e abril de 1969, as forças secessionistas organizaram uma nova onda de ataques, na qual também foram usados aviões fornecidos por um apoiador sueco de Biafra, e conseguiram retomar a cidade de Owerri (CLAYTON, 1999).

Ao final de 1969, o governo federal conseguiu avançar ainda mais, tomando a cidade de Ebocha, e estabelecendo um corredor de comunicação entre Enugu e Port Harcourt, dividindo o território secessionista em dois e decretando o início do colapso de Biafra (CLAYTON, 1999). No início de 1970, as forças do governo federal conseguiram, por fim, retomar Owerri, dominando completamente o território secessionista. Ojukwu fugiu para a Costa do Marfim, deixando o Major General Phillip Effiong em seu lugar. Effiong foi responsável por assinar a rendição dos secessionistas, dando fim oficialmente à Guerra de Biafra (FALOLA; HEATON, 2008). Frente às acusações sofridas pelo governo federal da Nigéria de que a guerra se tratava de um genocídio dos Igbos, Gowon permitiu que um grupo de observadores internacionais



GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

acompanhasse o processo de rendição, a fim de verificar evidências que comprovassem essas acusações. Por fim, os observadores relataram não haver nenhum indício de genocídio ou destruição sistemática de propriedades Igbo, desmentindo os rumores existentes (LOVEJOY, 1992).

O PÓS-GUERRA E A DÉCADA DE 1970

O período que se seguiu a partir de 1970 também foi marcado por um fortalecimento do governo central, em detrimento dos diferentes estados nigerianos. Nesse sentido, uma das primeiras mudanças ocorridas no pós-guerra foi a efetiva implementação dos novos estados que haviam sido criados ainda em 1967 e que, até então, em virtude da guerra, não haviam sido efetivamente adotados.

Com o fim da guerra, teve início um período de reconstrução nacional. Nesse contexto, o governo federal garantiu que não haveria retaliações aos Igbo, e que estes não seriam tratados como inimigos derrotados. Foram lançados programas federais que visavam à reintegração dos secessionistas ao Estado nigeriano. Rapidamente servidores públicos reassumiram seus postos nos governos regionais e federal, militares foram integrados à estrutura das forças armadas federais e as propriedades de Igbo no Norte e em outras regiões do país foram devolvidas aos seus proprietários (MEREDITH, 2006; LOVEJOY, 1992).

Além disso, o governo federal empreendeu uma rápida expansão do setor petrolífero, e a produção, que em 1958 era de cerca de 5.100 barris por dia, chegou a 2,3 milhões de barris por dia em 1974 (FALOLA; HEATON, 2008). À medida que a produção de petróleo crescia, fomentada por uma escassez global do produto, a arrecadação do governo nigeriano também aumentava. Em 1971, o país passou a fazer parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a qual, em 1973, impôs um embargo aos países ocidentais. Com o embargo, os preços do petróleo aumentaram significativamente, fazendo crescer também a receita do governo



nigeriano . O enorme influxo de capitais levou a uma expansão nos gastos do Estado, com amplo investimento em grandes projetos de infraestrutura (FALOLA; HEATON, 2008). A década, como um todo, foi marcada por uma expansão da educação no país, tanto em nível primário e secundário, quanto em nível universitário (LOVEJOY, 1992).

Ainda, as enormes receitas oriundas do petróleo possibilitaram uma atuação mais assertiva da política externa da Nigéria. Nesse contexto, o país buscou normalizar as suas relações e se aproximar dos países (sobretudo aqueles mais próximos) que haviam reconhecido a independência de Biafra, uma vez que estes, apesar de não terem participado ativamente do conflito, podiam ser considerados uma ameaça à segurança do país (GAMBARI, 2008). Ademais, a Nigéria, ao longo da década, teve uma postura destacada no continente africano, fazendo parte da vanguarda na luta contra o colonialismo e sendo, em grande medida, a articuladora do movimento que culminou na formação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) em 1975 (OLIVEIRA, 2012).

Inicialmente, Gowon anunciou que a redemocratização ocorreria em 1976, como resultado de um programa de nove pontos elaborado por seu governo. Os pontos que compunham o programa eram a reorganização das Forças Armadas, a implementação de planos de desenvolvimento econômico nacionais, incluindo a reconstrução de áreas destruídas pela guerra, a erradicação da corrupção, a introdução de uma nova fórmula de repartição de receitas, a criação de novos estados, a elaboração de uma nova Constituição, a realização de um censo nacional, a organização de partidos políticos e a realização de eleições estaduais e federais (LOVEJOY, 1992; PETERS, 1997).

Dentre esses pontos, poucos foram efetivamente atingidos. Em 1970, foi lançado um Plano de Desenvolvimento, e foi estabelecida uma nova fórmula de repartição das receitas, que direcionava grande parte destas para o governo central (OLIVEIRA, 2012). Em 1973, foi realizado um novo censo, mas, apesar da campanha do governo federal, que visava a conscientizar a população acerca da importância de um processo claro e sem fraudes, a consciência das suas implicações políticas (o tamanho



das populações estava diretamente relacionado à distribuição de recursos) levou a resultados novamente imprecisos. As taxas de crescimento populacionais constatadas a partir dos resultados encontrados estavam muito acima daquelas verificadas em outros países em desenvolvimento, o que acabou por distorcer o censo (LOVEJOY, 1992). Afora estes, nenhum outro ponto do programa estabelecido por Gowon foi atingido. Ainda, seu governo foi marcado pela corrupção generalizada nos diversos níveis de governo.

Nesse contexto, Gowon anunciou, em 1974, a prorrogação do prazo inicial para realização de eleições, o que gerou amplo descontentamento em todos os setores da sociedade. O fracasso do governo Gowon se tornou evidente após esse discurso, e todos os segmentos políticos da sociedade, dos civis aos militares, retiraram qualquer forma de apoio a ele. Como resultado disso, em julho de 1975, enquanto estava em um encontro da OUA em Uganda, um golpe foi realizado, depondo Gowon e levando outro militar, o General Murtala Mohammed, ao poder (FALOLA; HEATON, 2008).

Após assumir, Mohammed perseguiu três objetivos principais: a eliminação da corrupção, a promoção da unidade nacional e a transição para um regime civil. Logo no início de seu governo, ele revogou os resultados do censo de 1973 e ordenou a aposentadoria compulsória de oficiais ligados a Gowon que ocupavam altos cargos federais e estaduais, e também de mais de 10.000 funcionários públicos, acusados de corrupção e outros procedimentos reprováveis. Ainda, pôs em prática a desmobilização de parte das Forças Armadas nigerianas, que à época contavam com 300.000 efetivos, impondo gastos extremamente altos ao Estado nigeriano, e criou uma Comissão Constituinte, composta por empresários, representantes universitários, funcionários públicos e líderes políticos, cujo objetivo era elaborar um modelo de uma nova Constituição para a Nigéria (NUGENT, 2004; LOVEJOY, 1992).

Mohammed também foi responsável pela transferência da capital federal de Lagos para Abuja, e pela criação de sete novos estados, elevando o total para dezenove. Após pouco mais de seis meses de governo, entretanto, Mohammed foi morto em uma tentativa de golpe malsucedida, sendo substituído pelo Tenente



GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

General Olusegun Obasanjo, o segundo homem no comando (FALOLA; HEATON, 2008). Seu governo foi, em grande medida, uma continuidade do de Mohammed, com a manutenção dos principais objetivos e a garantia de que haveria a redemocratização em 1979. Nesse contexto, a nova Constituição nigeriana foi aprovada em 1978. Influenciada pela Constituição estadunidense, ela criava os cargos de presidente, vice-presidente e governadores estaduais, além de estabelecer uma estrutura de poderes dividida entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Além disso, a Constituição criou novas regras para a formação de partidos políticos, que deveriam ter um caráter obrigatoriamente nacional, aceitando membros de todas as regiões do país, estabelecendo suas sedes na capital federal e atuando em pelo menos dois terços dos estados nigerianos (FEDERAL REPUBLIC OF NIGERIA, 1979).

Em setembro de 1978, a proibição aos partidos políticos foi revogada, em preparação para as eleições do ano seguinte. Apesar de muitos partidos terem sido criados, a Comissão Eleitoral Federal, que havia sido criada para coordenar as eleições, reconheceu apenas cinco destes partidos, já que os outros não cumpriam com os requisitos impostos pela constituição (FALOLA; HEATON, 2008). Os partidos reconhecidos, entretanto, apesar de cumprirem as regras estabelecidas na constituição, ainda eram formados, majoritariamente, pelos mesmos grupos que compunham os partidos políticos da Primeira República. As eleições foram realizadas entre julho e agosto de 1979 e Alhaji Shehu Shagari foi eleito presidente da Nigéria, dando início, em 1º de outubro de 1979, à Segunda República.

A IMPORTÂNCIA DA GUERRA PARA A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NIGERIANO

Castellano (2012), em seu trabalho, discute a ideia de que as guerras, apesar de estarem essencialmente ligadas ao processo de construção dos Estados, não necessariamente contribuem positivamente para este. Nesse sentido, o autor destaca alguns fatores, relativos aos conflitos, sobre os quais devemos refletir de forma a compreender o papel destes na construção dos Estados. Assim, importa entendermos



GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

qual é a natureza das ameaças (interna, externa ou mista), quais são as forças combatentes (nacionais, mercenárias ou externas), qual a forma de financiamento da guerra (taxação, empréstimos ou extração de recursos naturais), como a guerra é concluída (paz negociada ou definição militar) e quem obtém a vitória na guerra (elites comprometidas ou não com medidas autofortalecedoras do Estado).

Diferentemente da Guerra de Ogaden e das guerras civis de Angola, Moçambique, Somália, Serra Leoa, República Centro Africana e Libéria, as quais contaram com participação decisiva de forças combatentes externas na definição dos conflitos (CASTELLANO, 2012), a guerra civil nigeriana se deu essencialmente entre combatentes nacionais, sem a presença de tropas estrangeiras e com uma participação bastante limitada de mercenários em ambos os lados (RUBENZER, 2007). Logo, ambas as partes foram incentivadas a construir exércitos próprios, o que pode ser verificado a partir dos números de efetivos: o governo federal nigeriano, que à época dos golpes de 1966 possuía cerca de 10.000 soldados em suas Forças Armadas, passou, ao final da guerra, a contar com mais de 270.000; por outro lado, estima-se que o governo de Biafra tenha conseguido atingir um máximo de cerca de 100.000 soldados (CHAZAN, 1992; FALOLA; HEATON, 2008; RUBENZER, 2007).

Tanto Tilly (1996) quanto Centeno (2002) apontam para a centralidade do financiamento dos conflitos com base na taxação da própria população, sob pena de gerar efeitos negativos para a construção do Estado. De acordo com Tilly, os impostos cobrados da população seriam fundamentais para expandir o aparelho central do Estado, gerando incentivos à construção de infraestrutura e órgãos estatais e, assim, criando vínculos entre o Estado e as populações mais afastadas. Esse argumento, por sua vez, se relaciona ao argumento de Herbst (2000), que afirma que o alcance de um Estado e o seu controle efetivo do próprio território estão diretamente ligados à sua capacidade de cobrar impostos. Esta, quando distribuída territorialmente de maneira ampla, ainda teria importante papel na consolidação do próprio Estado, através da geração de um fluxo robusto (CASTELLANO, 2012).



Em relação ao financiamento da guerra civil nigeriana, pouco pode se dizer, uma vez que não foram encontrados dados precisos em relação ao tema. O que se sabe é que uma série de novos impostos indiretos foi criada no final da década de 1950, todos eles direcionados às populações locais. Com o início da produção de petróleo, em 1958, novas regras de distribuição dos lucros oriundos da extração de recursos naturais foram estabelecidas, direcionando a maior parte da arrecadação para os cofres do governo central, em detrimento das regiões (UCHE; UCHE, 2004). A partir dos dados coletados, pode se apreender, portanto, que o financiamento do conflito por parte do governo federal foi realizado com base na taxação de sua população, mas também por meio do crescente aporte de recursos oriundos do petróleo.

Quanto à forma de resolução do conflito, Castellano (2012) aponta que essa é determinante no que concerne ao processo de formação do Estado, sobretudo em casos de guerra civil. A definição militar da Guerra de Biafra permitiu que não fossem adotadas medidas de power-sharing e de pacificação, responsáveis, em diversos casos, por institucionalizar clivagens étnicas e por gerar grandes instabilidades estatais (CASTELLANO, 2012). Dessa forma, assegurou-se a manutenção do Estado nigeriano no sentido weberiano (detentor do monopólio legítimo do uso da força), com a assimilação dos combatentes biafrenses às Forças Armadas da Nigéria.

Além da análise de como se deu a resolução do conflito (seja por vitória militar, seja de forma negociada), é de fundamental importância analisar qual foi a liderança que saiu vitoriosa, bem como as atitudes tomadas por essa liderança, durante e após a guerra. Victoria Hui (2005), nesse sentido, destaca a importância das decisões tomadas pelas lideranças, já que estas podem ser autofortalecedoras ou autoenfraquecedoras do Estado. Para ela, autofortalecedoras seriam aquelas reformas responsáveis por aumentar a capacidade coercitiva do Estado, por meio do aumento da capacidade econômica, da ampliação da força militar e da melhora da capacidade administrativa do Estado (HUI, 2005). Por outro lado, autoenfraquecedoras seriam aquelas reformas de efeito contrário no processo de construção do Estado, como o decréscimo da força



militar e das capacidades econômicas, ou a venda de cargos públicos para detentores de capital privados (CASTELLANO, 2012).

Em seu trabalho, Castellano (2012) aponta para a centralidade da construção de Forças Armadas nacionais na construção dos Estados, transcendendo a noção de aparato coercitivo (interno ou externo). De acordo com o autor, o grau de instrução exigido para o desempenho de funções nas Forças Armadas, e reforçado pelo avanço tecnológico, estaria diretamente relacionado à formação de quadros para as burocracias nacionais (CASTELLANO, 2012). Em termos da capacidade coercitiva do Estado nigeriano, as tropas da região secessionista, como já referido, foram incorporadas às Forças Armadas nacionais, as quais passaram a contar com um efetivo permanente de mais de 200.000 soldados, tornando-se as maiores da África negra (ADEBAJO, 2008; FALOLA; HEATON, 2008; LOVEJOY, 1992).

Cabe ressaltar que, no período que se seguiu à guerra, o governo nigeriano passou a perceber os vizinhos, sobretudo aqueles que tinham apoiado e/ou reconhecido formalmente Biafra, como possíveis ameaças, ainda que estes não ameaçassem diretamente sua integridade territorial. Essa percepção contribuiu para que se alterasse a tendência, apontada por Herbst (2000), presente na Nigéria (e nos países africanos, como um todo), de percepção de inexistência de ameaças a sua integridade territorial, que seria um dos principais fatores para a fragilidade dos Estados africanos. Essa mudança de percepção, portanto, pode ser apontada como um dos fatores determinantes para que a Nigéria mantivesse um amplo exército permanente.

Em relação à economia, destaca-se o aumento da produção petrolífera nigeriana na década de 1970 e, com isso, o aumento significativo da arrecadação do Estado. Por um lado, essa grande arrecadação permitiu que o governo nigeriano ampliasse seus investimentos, realizando grandes projetos de infraestrutura pública, como a reconstrução de estradas, escolas, quartéis e aeroportos que haviam sido destruídos pela guerra, além de viabilizar a instituição de novos planos de desenvolvimento (1970 e 1975), que tinham por objetivo alavancar a indústria



GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

nacional (LOVEJOY, 1992). Por outro lado, a receita do petróleo permitiu ao governo nigeriano eliminar ou reduzir outras formas de arrecadação, como taxas alfandegárias e imposto de renda (em 1974, 82% da arrecadação do governo nigeriano era oriunda do petróleo), o que encorajou um aumento nas importações e, posteriormente, levou a um significativo aumento da inflação (FALOLA; HEATON, 2008). Em contrapartida, Lovejoy (1992) destaca que ao longo da década de 1970 o país passou por um aprofundamento de sua industrialização, sobretudo na produção e montagem de bens de consumo, como uma ampla proliferação de empresas paraestatais. Ainda, destaca que os Decretos de Promoção Empresarial, implementados em 1972 e em 1977, encorajaram o crescimento de uma classe média nacional (LOVEJOY, 1992). Todavia, a concorrência imposta pelas importações à indústria nigeriana nascente acabou prejudicando o processo de industrialização.

Sobretudo no que concerne ao incremento da capacidade administrativa do Estado nigeriano, percebe-se a existência de dois momentos distintos na década de 1970. O primeiro, de 1970 até 1976, sob o comando de Gowon, foi marcado por uma piora na capacidade administrativa do Estado, marcada, sobretudo, pelo avanço rampante da corrupção. Já o segundo momento, de 1976 até 1979, sob Mohammed e Obasanjo, foi marcado principalmente por uma luta mais efetiva contra a corrupção, com a demissão de mais de 10.000 funcionários públicos acusados de corrupção e baixa produtividade, pela elaboração de uma nova constituição e pela conclusão do processo de redemocratização do país (FALOLA; HEATON, 2008).

Cabe ainda destacar algumas medidas adotadas pelo governo nigeriano ao longo da década de 1970 que foram de fundamental importância para a construção do Estado, através da construção da ideia de uma nação nigeriana. Greenfeld e Eastwood (2007) destacam a centralidade da ideia de nação para a construção do Estado. Para os autores, a construção de uma nação seria fundamental para garantir a impessoalidade da unidade estatal, o que estaria essencialmente ligado à ideia weberiana de Estado moderno, na qual este está acima de todos os seus administradores e administrados. Ainda, para Greenfeld (1996, p.8), “o Estado moderno – um portador abstrato de soberania e o criador de normas legais – emergiu após e devido ao desenvolvimento



GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

da ideia de “nação”, o qual redefiniu populações como uniformes e difundiu a soberania entre elas”.

Nesse contexto, Bandyopadhyay e Green (2013) destacam três medidas adotadas na Nigéria no período pós-guerra que foram fundamentais no processo de construção nacional – e, por conseguinte, estatal. A primeira medida foi a mudança da localização da capital federal, de Lagos, na costa da região oeste, para Abuja, localizada no centro geográfico do país. Essa medida, iniciada em 1976 e concluída apenas em 1991, tinha por objetivo aproximar a capital das demais regiões nigerianas, além de garantir que esta seria controlada apenas pelo governo federal, e não por nenhum governo estadual, como era o caso de Lagos (OLIVEIRA, 2012). Lovejoy (1992) ainda destaca que a escolha da região de Abuja se deu pois ali não havia nenhuma identificação com um grupo étnico em particular. No que concerne à localização da capital em relação ao território, Herbst (2000) destaca que no continente africano, em geral, as capitais se localizavam no litoral, o que se apresentava como um entrave à construção dos Estados africanos, uma vez que normalmente elas estavam distantes do restante do território nacional, dificultando o exercício efetivo do poder estatal na amplitude do território.

A segunda medida foi a criação, em 1973, do Corpo de Serviço da Juventude Nacional (National Youth Service Corps - NYNC), no qual todos os estudantes universitários, homens ou mulheres, eram obrigados a prestar um ano de serviço em um estado diferente do seu estado de origem (ABDEL-MONEIM; SIMON, 2011). Uma vez que desde a independência não havia conscrição no serviço militar nigeriano, o NYNC cumpria com dois objetivos: integrar os jovens nigerianos nas atividades do governo, como forma de aumentar o seu senso de patriotismo; e garantir que esses jovens entrassem em contato com pessoas de outras regiões, etnias e religiões, em uma tentativa de integrá-los e diminuir preconceitos e rivalidades (BANDYOPADHYAY; GREEN, 2013; FALOLA; HEATON, 2008). A terceira e última medida, foi a nacionalização das terras. Muitos Estados africanos se tornaram independentes com estruturas de direito territorial intrinsecamente ligadas a identidades étnicas. A nacionalização das terras, assim, seria importante para despolitizar as questões étnicas, harmonizar e



GUILHERME ZIBELL DE OLIVEIRA

simplificar os códigos jurídicos e promover a mobilidade dos cidadãos. A Nigéria, nesse contexto, adotou, em 1978, um Decreto de Uso da Terra, que criou um sistema unificado de posse da terra, que passava a ser controlada pelo Estado, acabando com as diferenças antes existentes entre as leis que regulavam o uso da terra no Norte e no Sul (BANDYOPADHYAY; GREEN, 2013).

Também nesse sentido, uma das primeiras medidas do governo nigeriano após o fim da guerra civil foi a efetivação da medida que criava oito novos estados, aumentando estes de quatro para doze, que havia sido adotada imediatamente antes da eclosão da guerra e que, portanto, não havia sido implementada. Em 1976, entretanto, uma nova mudança na estrutura dos estados nigerianos foi realizada, com a criação de mais sete estados, sobretudo a partir da divisão daqueles situados na região norte (LOVEJOY, 1992). Essa mudança visava a enfraquecer os três grupos étnicos dominantes (Hausa-Fulani, Ioruba e Igbo), criando estados nos quais essas etnias não fossem maioria e, assim, abrindo espaço para que outros grupos, minoritários, tivessem maior participação. A partir dessas mudanças, Thomson (2000) destaca que as disputas, ainda que marcadas por identidades étnico-regionais, passaram a ser canalizadas de forma mais efetiva através das estruturas federais, e não mais através de disputas regionais. A pulverização dos estados, nesse contexto, vai ao encontro da ideia de Norbert Elias (1993), que advoga que um certo grau de fragmentação, que crie divisões que sejam incapazes de se separar, ou de se fortalecer o suficiente para ameaçar a existência do Estado, fortalece a posição e a existência do Estado em questão.



CONCLUSÃO

A emergência da guerra de Biafra indubitavelmente representou uma ameaça à existência do Estado nigeriano. O período de instabilidade que antecedeu o início do conflito foi marcado por rumores de separatismo em diversas partes da federação (NUGENT, 2004). Dessa forma, para além da possibilidade de perda de uma parcela significativa do território, e de grande parte das reservas de petróleo do país, um eventual sucesso da região Leste em separar-se do Estado nigeriano certamente representaria um enfraquecimento deste e um forte incentivo às demais regiões descontentes com a federação a buscarem o mesmo caminho.

O desenvolvimento da guerra como um todo, portanto, se mostrou de grande importância no processo de construção do Estado nigeriano. A ausência de participação direta de atores externos, bem como a formação de Forças Armadas nacionais, responsáveis pela condução da guerra, são demonstrações claras disso. Ainda, a definição militar do conflito foi de grande importância no caso nigeriano, uma vez que possibilitou que não fossem adotados acordos de power-sharing, responsáveis, em muitos casos (como, por exemplo, na República Democrática do Congo) por promoverem o enfraquecimento do Estado (CASTELLANO, 2012).

Por outro lado, percebe-se que as reformas realizadas pelos grupos que assumiram o poder (ou que, no caso, se mantiveram nele) após a guerra, tiveram efeitos controversos na construção e fortalecimento do Estado nigeriano. Enquanto algumas, como a grande dependência em relação às receitas do petróleo, por exemplo, que acabou por criar um quadro de instabilidade econômica significativo, tiveram um efeito deletério no processo de construção do Estado; outras, como a realização de investimentos em infraestrutura e tentativas de desenvolver a economia nacional geraram efeitos positivos nesse processo. Ainda, cabe destacar as tentativas do governo nigeriano no sentido de promover a criação de uma identidade nacional e de fortalecer o governo central, em detrimento dos governos regionais (posteriormente estaduais). Diversos projetos foram realizados nesse sentido, tendo



GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

mais sucesso no fortalecimento do governo central do que na efetiva criação de uma nação nigeriana.

Nesse contexto, ainda que as disputas políticas que levaram à guerra de Biafra, intrinsecamente ligadas às questões políticas e econômicas, e travestidas em disputas étnico-regionais, não tenham sido totalmente resolvidas, a Nigéria se mostra como um exemplo de sucesso na construção do Estado no continente africano (CASTELLANO, 2012). A partir da conclusão de sua guerra civil, o país não mais sofreu nenhuma ameaça real de separatismo, ainda que tenha se mantido um quadro de instabilidade política interna após a redemocratização, em 1979 (IKELEGBE, 2005; THOMSON, 2000).



REFERÊNCIAS

- ABDEL-MONEIM, Mohamed; SIMON, Rita J. (2011) **A Handbook of Military Conscription and Composition the World Over**. Lexington: Lexington Books.
- ABEGUNRIN, Olayiwola. (2003) **Nigerian Foreign Policy under Military Rule, 1966-1999**. Westport Praeger Publishers.
- ADEBAJO, Adekeye. (2008) **Hegemony on a shoestring: Nigeria's post-Cold War Foreign Policy**. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). *Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War*. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, p.1-37.
- BANDYOPADHYAY, Sanghamitra; GREEN, Elliott. (2013) **Nation Building and Conflict in Modern Africa**. *World development*. EUA, v. 45, p. 108-118.
- BRITISH PETROLEUM (BP). (2013) **Statistical Review 2013 Workbook. 2013**. Disponível em: < http://www.bp.com/content/dam/bp/excel/Statistical-Review/statistical_review_of_world_energy_2013_workbook.xlsx >. Acesso em 17 out. 2013.
- BRUCAN, Silviu. (1974) **La disolución del poder: sociología de las relaciones internacionales y políticas**. México: Siglo XXI.
- CASTELLANO, Igor. (2012) **Congo, a guerra mundial africana: conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz**. Porto Alegre: Leitura XXI.
- CENTENO, Miguel A. (2002) **Blood and Debt: War and Nation-State in Latin America**. University Park: The Pennsylvania State University.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). (2012) **The World Factbook**. Washington, D.C. Disponível em: < <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/> >. Acesso em: 04 nov. 2012.
- CHAZAN, Naomi; et al. (1992) **Politics and society in contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- CLAYTON, Anthony. (1999) **Frontiersmen: Warfare in Africa since 1950**. London: UCL Press.
- ELIAS, Norbert. (1994) **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol 2.
- FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew M. (2008) **A History of Nigeria**. London: Cambridge University Press.



GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

FEDERAL REPUBLIC OF NIGERIA. (1979) **The Constitution of Nigeria, 1979**. Lagos: Ministry of Information.

FRANCIS, David J. (2006) **Uniting Africa: Building Regional Peace and Security Systems**. Hampshire: Ashgate Publishing Limited.

GAMBARI, Ibrahim A. (2008) **From Balewa to Obasanjo: The theory and practice of Nigeria's foreign policy**. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). *Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War*. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, p.58-80.

GREENFELD, Liah. (1996) **Nationalism and modernity**. *Social Research*. New York, v.63, n.1, 1996.

GREENFELD, Liah; EASTWOOD, Jonathan. (2007) **National Identity**. In.: BOIX, Carles & STOKES, Susan. *Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford: Oxford University Press, p. 256-273.

HERBST, Jeffrey. (2000) **States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control**. Princeton: Princeton University Press.

HUI, Victoria Tin-Bor. (2005) **War and State Formation in Ancient China and Early Modern Europe**. Cambridge: Cambridge University Press.

IKELEGBE, Austine. (2005) **The Construction of a Leviathan: State Building, Identity Formation and Political Stability in Nigeria**. In: FAWOLE, Alade W.; UKEJE, Charles. *The Crisis of the State and Regionalism in West Africa: Identity, Citizenship and Conflict*. Dakar: CODESRIA, p. 71-92.

LOVEJOY, Paul E. (1992) **Historical Setting**. In: METZ, Helen Chapin, *Nigeria: a country study*. Washington: Library of Congress.

MEREDITH, Martin. (2006) **The State of Africa: A history of fifty years of independence**. London: Simon & Schuster UK.

MTHEMBU-SALTER, Gregory. (2009) **Elephants, Ants and Superpowers: Nigeria's Relations with China**. *Occasional Paper n^o42*. Johannesburg: South African Institute of International Affairs, 34p.

NUGENT, Paul. (2004) **Africa since independence: a comparative history**. New York: Palgrave.

OLIVEIRA, Guilherme Z. (2012) **Nigéria: história da política externa e das relações internacionais**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 113p.



GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

PETERS, Jimmy. (1997) **The Nigerian Military and the State**. London: Tauris Academic Studies.

RUBENZER, Trevor. (2007) **Nigeria (1967–1970)**. In: DEROUEN, Karl; HEO, Uk. *Civil wars of the world: major conflicts since World War II*. California: ABC-CLIO.

SIOLLUN, Max. (2009) **Oil, Politics and Violence: Nigeria's Military Coup Culture (1966-1976)**. New York: Algora Publishing.

THOMSON, Alex. (2000) **An Introduction to African politics**. New York: Routledge.

TILLY, Charles. (1996) **Coerção, Capital e Estados Europeus: 1990-1992**. São Paulo: Edusp.

UCHE, Chibuiké U.; UCHE, Ogbonnaya C. (2004) **Oil and the Politics of Revenue Allocation in Nigeria**. *African Studies Centre Working Paper*. Leiden, nº 54, p. 1-47.

WRIGHT, Stephen; OKOLO, Julius E. (1999) **Nigeria: Aspirations of Regional Power**. In: WRIGHT, Stephen (Ed.). *African foreign policies*. Boulder: Westview Press, p. 118-132.

ZINN, Annalisa. (2005) **Theory Versus Reality: Civil War Onset and Avoidance in Nigeria since 1960**. In: COLLIER, Paul; SAMBANIS, Nicholas (Eds). *Understanding Civil War: Evidence and Analysis. Volume 1: Africa*. Washington: World Bank Publications, p.89-122.

Recebido em 18 de fevereiro 2014.

Aceito em 10 de janeiro de 2015.